



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 55 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 26 de Outubro de 2021.

Recurso nº: 004351-21-97

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria - **SMTC**

Relator: Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de pedido de informações e de interesse em obter informações sobre a tramitação/resultado da denúncia realizada no processo *SEI nº 21.0.000063326-4*.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

Em atendimento ao pedido de informações a EPTC informa que a resposta/ providência para o relato já foi atendida e encaminha um despacho de documento 14804269 assinado pelo Gabinete da Presidência da EPTC e Informam que o cobrador, indicado como vinculado a um prefixo de veículo da frota, não faz parte do quadro de funcionários da empresa de ônibus mencionada.

1.3 Razões do recorrente

Após a referida resposta dos órgãos competentes pela análise do pedido de informações feitas pelo requerente, o requerente pediu reexame e a EPTC e a SMTC responderam com a seguinte informação:

"Informamos ser importante salientar, que o cobrador, indicado como vinculado a um prefixo de veículo da frota, não faz parte do quadro de funcionários da empresa de ônibus mencionada".

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela EPTC. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Analisa-se que o pedido foi atendido parcialmente e que o requerente teve sua denúncia atendida pelo órgão responsável, porém o mesmo solicitou nesse recurso o acesso ao processo e a resposta foi dada parcialmente.

Como se sabe, vigora em toda a Administração Pública o princípio da publicidade, o que tem fundamento na Constituição Federal (art. 37). É que, dessa forma, todo cidadão pode controlar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos agentes estatais.

O processo administrativo que veicula eventuais atividades investigativas (a exemplo de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, dentre outros) pode ter seu acesso restringido para terceiros até o julgamento, com base no art. 7º, parágrafo 3º, da Lei nº 12.527/2011. É que a publicidade, neste caso, poderia prejudicar as diligências que estão em andamento, impedir a adequada elucidação do caso, comprometer a independência e a imparcialidade da comissão de investigação, etc. Portanto, eventual procedimento investigativo em curso pode ser considerado como documento preparatório nos termos do mencionado dispositivo legal.

Dessa forma, entende-se que, durante seu curso, os procedimentos investigativos têm seu acesso restrito às partes interessadas, ou seja, particulares somente podem acessar os autos se acusados ou indiciados, ou se representantes legais destes. Em consequência, o denunciante não tem direito de acesso aos autos de processos em curso, de sua cópia, ou de ser informado sobre o tratamento dado à sua denúncia.

Aliás, segundo entendimento da Controladoria-Geral da União, uma vez “[...] encerradas as apurações, e julgado o processo, qualquer particular tem direito a vistas e cópias dos autos, com exceção de documentos dele constantes que mantenham alguma restrição legal de acesso, tais como no caso de informações bancárias ou fiscais, informações pessoais, ou classificadas como sigilosas pela Administração” (Disponível em: www.cgu.gov.br).

Tendo acesso ao processo que deu origem ao pedido do requerente, processo 21.0.0000063326-4, verifica-se através do documento 14849648 que a CGMUN sinalizou em 16/07/2021 que o processo já encerrou sua tramitação.

Dessa forma, entendemos que procede o recurso interposto.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar

provimento parcial ao recurso para que a EPTC retire o sigilo do processo, pois o mesmo já encerrou sua tramitação e disponibilize ao Requerente acesso ao processo administrativo nº 21.0.0000063326-4. Quanto às demais solicitações do recurso feito pelo requerente, essa comissão indefere o pedido por não se tratar de pedido de informações e encaminha para que o requerente faça os seus questionamentos junto a Ouvidoria.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI **004351-21-97**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:21, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16039678** e o código CRC **4B3EB6E4**.
